



07 DE AGOSTO DE 2015
Sexta-feira

- TERCEIRIZAÇÃO DIMINUIRÁ INSEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL, DIZ ABIT
- COMO A CÂMARA CONTRIBUI PARA PIORAR A ECONOMIA
- PRODUÇÃO DO SETOR AUTOMOTIVO CAI 18% E TEM PIOR RESULTADO EM 9 ANOS
- GOVERNO LANÇA NA PRÓXIMA SEMANA PLANO NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
- GRUPO DE MINERAÇÃO APORTA R\$ 350 MI NO RS
- PARTICIPAÇÃO DAS MONTADORAS EM REMESSAS DE LUCRO AO EXTERIOR CAI PARA 1,6%
- SALDO DA POUPANÇA FICA NEGATIVO EM R\$ 2,45 BI E TEM PIOR JULHO DESDE 1995
- INVESTIMENTO E INOVAÇÃO ESCONDERÃO QUEDA DA ECONOMIA LATINA
- EM NOME DO PAÍS, INDUSTRIAIS PEDEM PARA POLÍTICOS NÃO SEREM "IRRESPONSÁVEIS"
- TERCEIRIZAÇÃO ELEVA EMPREGO FORMAL NO PAÍS, DIZ LCA CONSULTORES
- PREÇO DA CESTA BÁSICA CURITIBANA AUMENTA 0,16% EM JULHO
- USIMINAS REDUZ PROJEÇÃO DE INVESTIMENTO EM 2015, APÓS PREJUÍZO DO 2o TRIMESTRE
- MONTADORAS DE VEÍCULOS PREVEEM RECUPERAÇÃO SÓ PARA MEADOS DE 2016
- MERCEDES-BENZ PÕE TRABALHADORES EM LICENÇA E ESTUDA AJUSTES PARA SETEMBRO
- COPOM AUMENTA PROJEÇÃO PARA REAJUSTE DAS TARIFAS DE ENERGIA E BOTIJÃO DE GÁS
- INADIMPLÊNCIA RECORDE PODE PARALISAR MERCADO DE ENERGIA

- CONSUMO DE ENERGIA DEVE CAIR 5% NO ANO, PREVÊ A FITCH
- EMPRESÁRIOS VÃO DE MAU HUMOR A REUNIÃO COM DILMA
- LUCRO DA RIO TINTO CAI 82% NO 1º SEMESTRE, A US\$ 806 MILHÕES
- EMPRESAS NOS EUA DIVULGARÃO DIFERENÇA SALARIAL ENTRE EXECUTIVOS E EMPREGADOS
- CENTRAIS SE UNEM CONTRA TERCEIRIZAR ATIVIDADE-FIM
- A CRISE AUTOMOBILÍSTICA AFETA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL
- TERCEIRIZAÇÃO NÃO É FORMA DE CONTRATO, MAS MANEIRA DE ORGANIZAR NEGÓCIO, DIZ CNI
- FERROUS PARALISA ATIVIDADES NA MINA ESPERANÇA
- USIMINAS: PREJUÍZO DE R\$ 1,016 BILHÃO
- MÁQUINAS AGRÍCOLAS TÊM QUEDA GENERALIZADA NO ACUMULADO
- ANFAVEA ADIA ESPERANÇA DE RECUPERAÇÃO
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL ENCOLHEU EM JUNHO EM 7 DE 14 REGIÕES PESQUISADAS PELO IBGE
- CURITIBA É A CAPITAL COM A MAIOR INFLAÇÃO DO PAÍS
- APENAS 25% DAS EMPRESAS INFORMAM IMPOSTOS EM NOTAS FISCAIS
- JUSTIÇA CONDENA CSN POR CRIME AMBIENTAL NO RIO

CÂMBIO		
EM 07/08/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,514	3,522
Euro	3,858	3,860

Fonte: BACEN

Terceirização diminuirá insegurança jurídica no Brasil, diz Abit

07/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



O projeto de terceirização da mão de obra que tramita no Senado não vai precarizar as condições de trabalho e, por outro lado, diminuirá a insegurança jurídica vigente no País.

De acordo com Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit), não é normal para um país com 200 milhões de habitantes ter 100 milhões de causas judiciais, o que reflete o alto grau de judicialização dos conflitos.

"Vejo como necessário trazer racionalidade e afastar o viés ideológico do debate sobre terceirização", afirmou Pimentel durante o evento Fóruns Estadão Brasil Competitivo que abordou o tema nesta terça-feira.

Para Pimentel, a terceirização é essencial para a indústria têxtil, que conta com uma cadeia com muitos elos, o que leva a uma insegurança jurídica ainda maior.

Ele citou o exemplo, sem citar nomes, de uma empresa que fatura R\$ 250 milhões e gasta 2% do faturamento, ou R\$ 5 milhões anuais, com despesas de processos trabalhistas.

"Precisamos fazer com que a terceirização aconteça sem precarização, mas também sem engessar a nossa capacidade produtiva", ressaltou.

Para Fernando Ázar, sócio de consultoria tributária da Deloitte, o risco de enrijecimento das regras é real, uma vez que dos 28 artigos do projeto de lei no Senado, 14 tratam de direitos trabalhistas e obrigações do empregador. "Não é sensato falar em risco de precarização", disse.

Ele citou ainda um estudo da Deloitte com os processos de terceirização observados em onze países. Uma das conclusões é que, em todos os países analisados, é permitida a terceirização da atividade-fim e a responsabilidade pelos empregados terceirizados é da empresa contratada - e não da contratante.

"Faz sentido o Brasil se distanciar e criar ordenamento jurídico tão diferente?", questionou Ázar.

Como a Câmara contribui para piorar a economia

07/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Tão ruim quanto a sucessão de erros da presidente Dilma Rousseff na política e na economia é a conduta dos deputados federais, que, no afã de enfraquecer ainda mais a petista, continuam a trabalhar contra o ajuste fiscal sem justificativas aceitáveis.

A aprovação da PEC n.º 443 vai causar impacto de R\$ 2,5 bilhões por ano no combalido caixa do governo, ao estabelecer a equiparação de salários dos advogados da União e delegados da Polícia Federal a 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

O texto da PEC prevê também a equiparação para delegados da Polícia Civil dos estados e dos procuradores estaduais e municipais. O impacto da medida, se aprovada no Senado e não vetada por Dilma, será sentido nas três esferas de governo, comprometendo as finanças e contribuindo para o agravamento da crise financeira.

Independentemente do merecimento dessas carreiras, os parlamentares agiram de modo irresponsável. O país vive uma grave crise econômica. Não é o momento para atender a reivindicações corporativas. Embora ninguém ainda tenha dito, junto à equiparação seguem outras despesas ainda não foram contabilizadas. O auxílio-moradia e demais benesses certamente serão reivindicados por essas categorias no devido tempo.

A atuação dos parlamentares seria legítima se a discussão para aumento de despesas se desse a partir de argumentos racionais, que levassem em conta fontes de receita e cortes de gastos.

Da mesma forma, seria compreensível se apresentassem motivações consistentes com o programa partidário para se posicionar a favor ou contra a criação de novas despesas, independentemente das necessidades do governo de cortar gastos. Mas nada disso aconteceu.

O pano de fundo para a crise nas relações institucionais é o rompimento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com o Planalto e o esfacelamento da base aliada. Cunha desfez sua aliança com Dilma porque queria que o governo tivesse influenciado o Ministério Público Federal (como se isso fosse possível nos dias de hoje), a fim de que não fosse investigado na Lava Jato.

O problema dessa relação conflituosa entre poderes é que a ação dos deputados federais não prejudica apenas Dilma. Têm sérias implicações na economia do país e atinge toda a sociedade. Está contribuindo para piorar a economia, sem dar qualquer contrapartida, seja no aprofundamento do debate, seja em criar caminhos para por o país de novo nos trilhos.

Quebra de confiança

É verdade que a credibilidade de Dilma começou a corroer por conta de seus próprios “méritos”, logo após a vitória nas urnas. Na campanha eleitoral, acusou o adversário – Aécio Neves – de tomar medidas impopulares se fosse eleito. Ela dizia que se fosse eleita não mexeria em benefícios sociais.

Porém, ainda em dezembro de 2014 Dilma editou duas medidas provisórias que deixavam mais rígidas as regras para obter abono salarial, seguro-desemprego e outros auxílios. De lá para cá, todos conhecem a história.

A economia se deteriorou e o brasileiro passou a sentir no bolso os efeitos da inflação. Por isso, não é surpresa que Dilma apareça na pesquisa do Datafolha divulgada ontem com 71% de reprovação, índice superior ao registrado por Fernando Collor, às vésperas do processo de impeachment.

O Datafolha indica também que 66% dos entrevistados acham que deveria ser aberto um procedimento formal de afastamento, e 38% acham que a presidente sofrerá um impeachment.

Com popularidade de Dilma na lona, Cunha avança na ideia de impeachment. Ontem, a Câmara aprovou as prestações de contas de três ex-presidentes, abrindo caminho para votar as de Dilma, assim que forem analisadas pelo Tribunal de Contas da União.

Se desaprovadas, podem dar origem ao processo de impeachment. Ocorre, entretanto, que o pedido de afastamento de um presidente é uma medida extrema em uma democracia.

Requer comprovação jurídica inequívoca de crime de responsabilidade. Precisa também de consenso político de que o chefe do Executivo não tem mais condições de cumprir o mandato. Até o momento não há esse cenário.

Propaganda

A propaganda do PT que foi ao ar ontem à noite em cadeia nacional é inócua para amenizar a crise política. Foi muita espuma para pouco conteúdo. O PT admite a existência de crise econômica para, então, minimizá-la dizendo que há outros países que também passam por dificuldades. Vive do passado, ao enaltecer feitos realizados nos últimos 12 anos. Afirma, ainda, que alguns indivíduos desejam uma crise política e que isso pode agravar o cenário econômico e afetar a democracia.

Muito pouco para um partido que tem entre suas fileiras o ex-tesoureiro João Vaccari Neto e o ex-ministro José Dirceu envolvidos no escândalo da Lava Jato. Sobre a corrupção na Petrobras, o PT nada manifesta.

Produção do setor automotivo cai 18% e tem pior resultado em 9 anos

07/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

De janeiro até julho, a produção do setor automotivo acumula recuo de 18,1% em relação ao mesmo período de 2014, o pior resultado desde 2006. A queda ocorre apesar de a chegada de novos produtos ao mercado automotivo nacional ter ajudado a elevar a produção no mês de julho em 17,8%.

Na comparação com o mesmo mês de 2014, observa-se, no entanto, uma retração de 14,9%. Férias coletivas que desaceleraram a produção no mês anterior também contribuíram para que o resultado de julho mostrasse um aumento. A conta inclui carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões.

As vendas totais cresceram 7,1% entre junho e julho, mas a retração no ano chega a 21%, segundo balanço da Anfavea, a associação dos fabricantes do setor, divulgado nesta quinta-feira (6).

Até o período da Copa do Mundo no ano passado foi superior em vendas. A comparação entre os últimos dois meses com igual período do ano passado mostra queda de 20,1% nos licenciamentos de carros de passeio e comerciais leves, de acordo com dados da Fenabreve, a federação das distribuidoras de veículos.

O segmento de caminhões é o que está em pior situação, com queda acumulada de 43,1% desde o início de 2015. "É como se o ano de venda dos veículos pesados tivesse apenas sete meses", diz Luiz Moan, presidente da Anfavea. Os estoques de carros chegam a 45 dias de vendas, e o nível de emprego no setor teve nova queda, de 0,9% entre junho e julho.

Moan, disse que a indústria automotiva tem um papel de extrema relevância na economia brasileira e que é um "setor que puxa a economia". "E neste momento estamos puxando a economia para baixo", reconheceu.

Ele admitiu que o período atual é "bastante difícil", mas ressaltou que qualquer economia passa por ciclos. "O ano de 2015 está bastante difícil, mas nós sabemos que o horizonte para o país é muito bom", afirmou.

"É só um momento e vai passar", completou, destacando que, se não houvesse essa expectativa, as empresas do segmento não teriam anunciado novos investimentos da ordem de R\$ 8 bilhões recentemente. "Temos uma visão muito além deste momento que estamos vivendo", diz.

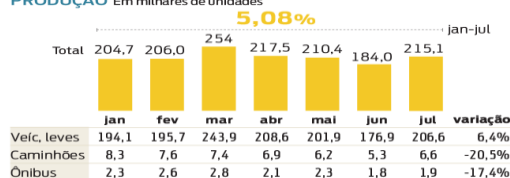
O executivo reconheceu que as dificuldades encontradas pelo governo da presidente Dilma Rousseff nas relações políticas têm impacto ainda mais a situação econômica do Brasil. "A crise, que começou econômica, cresceu com a crise política", disse.

Segundo ele, o ajuste fiscal pretendido pelo governo, que é fundamental para o país retomar o crescimento, não foi concluído no prazo pretendido justamente por causa da crise política. "A dificuldade na aprovação de ajuste fiscal aconteceu em função das dificuldades políticas", disse.

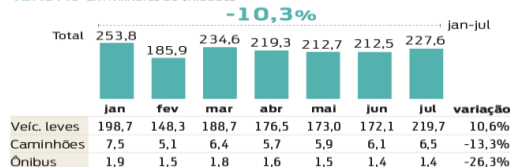
MERCADO DESAQUECIDO

A produção de veículos entre janeiro e julho deste ano acumula queda de 18,1% em relação ao mesmo período de 2014. Já as vendas totais caíram 21% na mesma comparação:

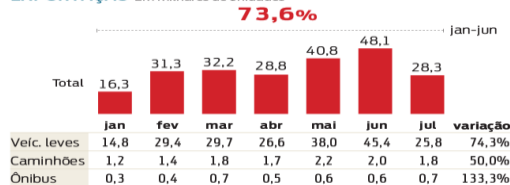
PRODUÇÃO Em milhares de unidades



VENDAS Em milhares de unidades



EXPORTAÇÃO Em milhares de unidades



CORTES CONTINUAM

O número de postos de trabalho no setor de autoveículos caiu 9,7% nos últimos 12 meses:



Fonte: Anfavea.
Infografia: GP.

Governo lança na próxima semana Plano Nacional de Energia Elétrica

07/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O governo federal lança na próxima terça-feira (11) o Plano Nacional de Energia Elétrica, com a previsão de novos empreendimentos a serem contratados até 2018. A cúpula do setor elétrico ainda trabalha nos números finais do plano, cujo anúncio, previsto para ocorrer no Palácio do Planalto, deverá seguir o modelo do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2), lançado no início de junho.

O plano foi previsto inicialmente para ser anunciado em 7 de agosto, como parte da agenda positiva que o Palácio do Planalto vem adotando para tentar elevar os índices de popularidade do governo. Na mesma linha, já foram lançados o próprio PIL 2, o Plano Safra e, ontem, a presidente Dilma Rousseff prometeu para setembro o lançamento da terceira fase do programa Minha Casa Minha Vida.

O plano deverá trazer de forma consolidada as perspectivas de ampliação do parque gerador brasileiro indicadas periodicamente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O anúncio deverá ressaltar, ainda, o caráter majoritariamente renovável da matriz elétrica brasileira e a intenção do governo de mantê-la nessa condição.

Investimento

O anúncio também deverá ser usado pela equipe econômica como ponto de partida para atrair novos investidores para o setor elétrico, abalado com a situação atual das grandes empreiteiras nacionais e atingido pelas denúncias da Operação Lava-Jato, que levou à renúncia e ao afastamento de executivos do grupo Eletrobras.

Ontem, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, anunciou que o governo desligará no sábado 21 usinas termelétricas de maior custo, diante do cenário de chuvas mais favorável aos reservatórios das hidrelétricas e por conta da revisão da expectativa da evolução da demanda, diante da crise econômica.

Grupo de mineração aporta R\$ 350 mi no RS

07/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O grupo de mineração australiano Aguiá Resources vai instalar uma mina para exploração de fosfato no Rio Grande do Sul, com investimento inicial de US\$ 100 milhões (cerca de R\$ 350 milhões, na cotação atual).

A usina, localizada em Lavras do Sul, distante cerca de 300 quilômetros de Porto Alegre, terá capacidade para gerar 500 mil toneladas de rocha fosfática ao ano.

"Nosso objetivo é atender o mercado brasileiro, que hoje importa cerca de 50% do fosfato usado em fertilizantes agrícolas", afirma Fernando Tallarico, diretor da Águia Metais, subsidiária do grupo australiano no Brasil.

Mais da metade dos aportes serão destinados à aquisição de maquinários. "Alguns equipamentos serão importados, mas a indústria nacional nesse setor [de mineração] também é bem desenvolvida", diz.

Além da exploração do minério, o grupo estuda verticalizar a produção e atuar com outros componentes usados na fabricação de adubos. Com isso, os investimentos no local poderiam alcançar os US\$ 200 milhões (aproximadamente R\$ 700 milhões).

A companhia foi fundada com a finalidade de prospectar e explorar usinas minerais no país. A estimativa é que a mina de Lavras do Sul, a primeira do grupo, entre em operação em dois anos. Próximo ao município, a Agua estuda ainda a instalação de minas de fosfato em Bagé e Dom Pedrito.

"Identificamos a presença do minério, mas ainda não quantificamos o potencial das localidades."

Participação das montadoras em remessas de lucro ao exterior cai para 1,6%

07/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

As montadoras que atuam no Brasil reduziram em 80% as remessas de lucros para o exterior no primeiro semestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados do Banco Central.

O valor remetido para outros países caiu para US\$ 121 milhões. Isso corresponde a 1,6% de todas as remessas feitas por empresas brasileiras ao exterior no período. No primeiro semestre de 2014, essa participação havia sido de 6,3%.

Considerando todos os setores econômicos, as remessas de lucros do país para o exterior caíram 24% no semestre.

Segundo o BC, os resultados têm sido influenciados pela queda na atividade e também pelo câmbio. Ou seja, os empresários têm lucrado menos, e esse ganho em reais, quando convertido para dólares, gera uma quantidade menor de moeda estrangeira.

Apesar da queda no lucro, não houve corte de investimentos no setor. Pelo contrário, os dados do BC mostram que as matrizes enviaram mais recursos para suas controladas no Brasil, um aumento de 59% no semestre.

Em valores líquidos, entraram cerca de US\$ 1 bilhão em empréstimos entre controladores e filiais e mais US\$ 1 bilhão por meio de injeção direta de recursos no capital da empresa. Nesse caso, o câmbio também é um incentivo à aplicação.

Mesmo que as empresas investissem o mesmo valor em dólares, isso se converteria em uma quantidade maior de reais.

Saldo da poupança fica negativo em R\$ 2,45 bi e tem pior julho desde 1995

07/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Pelo sétimo mês consecutivo, os saques da poupança superaram os depósitos em julho, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central nesta quinta-feira (6).

A diferença foi de R\$ 2,453 bilhões, a maior para um mês de julho desde o início da série histórica do BC, em 1995. Em junho, a conta tinha sido negativa em mais de R\$ 6 bilhões. A poupança vem sofrendo resgates por conta do endividamento das famílias e da inflação. No acumulado do ano, de janeiro a julho, os saques da poupança estão superando os depósitos em R\$ 40,9 bilhões.

Outro motivo para o esvaziamento das poupanças é a taxa básica de juros mais elevada, que torna outras formas de investimento como o Tesouro Direto mais atrativas do que a poupança.

A caderneta de poupança é uma das principais fontes de financiamento imobiliário do país, por meio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). A rentabilidade é de 6% ao ano mais TR.

Investimento e inovação esconderão queda da economia latina

07/08/2015 – Fonte: CIMM

América Latina e Caribe registrarão neste ano um crescimento econômico próximo a 0,5%, um baixo desempenho que pode ser contido mediante o investimento e a inovação tecnológica, conforme informou nesta quarta-feira a secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena.

"Esta região vai crescer pouco, não mais que 0,5%, por fatores externos e internos. É essencial apontar o investimento tanto público como privado, e especialmente o associado à inovação", enfatizou na inauguração da 5ª Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América Latina e do Caribe.

No início do evento, que reúne ministros da região na Cidade do México do dia 5 ao 7 de agosto, a representante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) ressaltou que o mundo vive "uma revolução digital de grandes proporções", caracterizada pelo "dinamismo tecnológico" e pela "convergência de novas tecnologias".

"Mas nos incomoda vivê-lo em um cenário muito difícil, com desacelerações e maiores desafios", apontou.

No dia 29 de julho, a Cepal apresentou seu "Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2015", no qual se prevê uma desaceleração generalizada, mas heterogênea, e mostra uma forte revisão em baixa em relação aos 2,2% de crescimento para 2015 estimado no final do ano passado.

Segundo as projeções, América Central e México terão um crescimento médio de 2,8%, o Caribe registrará uma expansão de 1,7% e a América do Sul se contrairá 0,4%.

"Isso exigirá, sem dúvidas, que caminhemos em direção a uma maior inovação e novas associações entre Estados, mercado e sociedade", ressaltou Bárcena.

Para enfrentar essa contração da economia e poder competir em um novo cenário econômico global é necessária uma mudança estrutural na matriz produtiva" baseada "no conhecimento e nas tecnologias digitais", comentou.

"A transição requer desenvolver o ecossistema digital, melhorar a conexão intrarregional e propiciar que as empresas promovam investimentos e redes de conhecimento", comentou.

Segundo Bárcena, nos países desenvolvidos, a internet e a economia digital representam de 7% a 21% do produto interno bruto (PIB).

No evento inaugurado nesta quarta-feira se pretende dar continuidade ao Plano de Ação sobre a Sociedade da Informação da América Latina e do Caribe (eLAC), estipulado em 2005 e implementado até 2007, que teve mais duas fases (2008-2010 e 2011-2015).

É aguardada a renovação do plano para uma quarta etapa, que irá durar até 2018, e a Cepal apresentará um relatório que "busca contribuir para o debate dos representantes nacionais".

O encontro conta com a participação de ministros e delegados dos Estados-membros e associados da Cepal, assim como funcionários da Comissão e do sistema das Nações Unidas, membros do corpo diplomático, acadêmicos e representantes de organizações não governamentais.

Em nome do país, industriais pedem para políticos não serem “irresponsáveis”

07/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Duas das entidades empresariais mais representativas do país – as federações das indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro (Fiesp e Firjan) – emitiram nota nesta quinta-feira (6) para apoiar a proposta do vice-presidente Michel Temer de unir o país para evitar que as crises econômica e política se agravem.

O texto – assinado pelos presidentes da Fiesp, Paulo Skaf, e da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira – afirma que o país vive a maior crise dos últimos 20 anos e pede que os políticos tenham responsabilidade.

“ É vital que todas as forças políticas se convençam da necessidade de trabalhar em prol da sociedade. O Brasil não pode se permitir mais irresponsabilidades fiscais, tributárias ou administrativas e deve agir para manter o grau de investimento tão duramente conquistado, sob pena de colocar em risco a sobrevivência de milhares e milhares de empresas e milhões de empregos”, diz a nota, numa alfinetada no Congresso, que vem articulando a aprovação das chamadas “pautas-bombas”, que aumentam os gastos públicos e, conseqüentemente, pressionam pela elevação da carga tributária.

Veja a íntegra da nota da Fiesp e da Firjan:

“A Firjan e a Fiesp vêm a público manifestar seu apoio à proposta de união apresentada ontem pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer. O momento é de responsabilidade, diálogo e ação para preservar a estabilidade institucional do Brasil.

A situação política e econômica é a mais aguda dos últimos vinte anos. É vital que todas as forças políticas se convençam da necessidade de trabalhar em prol da sociedade.

O Brasil não pode se permitir mais irresponsabilidades fiscais, tributárias ou administrativas e deve agir para manter o grau de investimento tão duramente conquistado, sob pena de colocar em risco a sobrevivência de milhares e milhares de empresas e milhões de empregos.

O povo brasileiro confiou os destinos do país a seus representantes. É hora de colocar de lado ambições pessoais ou partidárias e mirar o interesse maior do Brasil. É preciso que estes representantes cumpram seu mais nobre papel - agir em nome dos que os elegeram para defender pleitos legítimos e fundados no melhor interesse da Nação.

Ao mesmo tempo, é preciso que o governo faça sua parte: cortando suas próprias despesas; priorizando o investimento produtivo; deixando de sacrificar a sociedade com aumentos de impostos.

É fundamental ainda apoiar todas as iniciativas de combate à corrupção e punir exemplarmente todos os desvios devidamente comprovados.

É nesse sentido que a indústria brasileira se associa ao apelo de união para que o bom senso, o equilíbrio e o espírito público prevaleçam no Brasil.”

Terceirização eleva emprego formal no País, diz LCA Consultores

07/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A terceirização é uma maneira de incentivar a criação de postos de trabalho de maneira mais difusa pelo território nacional, além de possibilitar que a inovação tecnológica desenvolvida se espalhe de maneira mais rápida pela economia.

A avaliação é de Cláudia Viegas, diretora da LCA Consultores. "Se o prestador de serviço inova, ele leva inovação para todos as empresas para que presta serviço", disse, durante participação no Fórum Estadão Brasil Competitivo sobre a terceirização do mercado de trabalho.

No evento, realizado na sede do Grupo Estado, nesta terça-feira, 4, Cláudia dimensionou a importância que esse tipo de vínculo já tem no País. Ela citou o setor de call centers que gera mais emprego formal nas regiões Norte e Nordeste, que contratam, sobremaneira, jovens com o primeiro emprego e, por consequência, melhoram as condições do mercado de trabalho de maneira mais equânime pelo território nacional, equilibrando a diferença em relação ao Sul e ao Sudeste.

Alexei Macorin, diretor presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE) também defende que a terceirização é um fator de incentivo à inovação. Ele ressalta que este tipo de vínculo já é uma realidade no País há anos e, por isso, a discussão deve ser focada na regulamentação do tema e não sobre ser favorável ou contrário.

"No Brasil, há 790 mil empresas prestadoras de serviços, 13 milhões de empregados terceirizados, faturamento de R\$ 536 bilhões, além de cerca de R\$ 17,4 bilhões em contribuição ao FGTS e R\$ 43 bilhões de recolhimento anual ao INSS", exemplificou.

Para ele, a regulamentação trata de dar segurança jurídica e põe fim à discussão sobre as diferenças entre atividades-fim e atividades-meio, que atualmente baliza que tipo de função em determinada empresa pode ou não ser terceirizada.

"Esse debate não traz nenhum tipo de resultado e só gera dúvidas", disse. Segundo Marcorin, a regulamentação também reduziria a quantidade de discussões judiciais trabalhistas que se tem no País.

Preço da cesta básica curitibana aumenta 0,16% em julho

07/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O preço da cesta básica curitibana registrou uma leve alta em julho, de 0,16%, segundo pesquisa divulgada nesta quinta-feira (6) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo o órgão, o valor da lista de produtos no mês passado era de R\$ 360,28 – o sexto maior valor entre as 18 cidades pesquisadas pelo órgão.

Em Curitiba, os únicos produtos que tiveram alta no preço no mês foram a batata (7,57%), o tomate (7,39%) e o pão (1,53%). Por outro lado, as maiores baixas foram registradas pela banana (-8,35%), manteiga (-5,35%) e arroz (-4,02%).

Na capital, a alta acumulada no ano é de 14,07% e nos últimos 12 meses, de 16,72%.

No país

Entre os municípios da pesquisa, o preço da cesta básica em julho caiu em 11 das 18 cidades. As maiores retrações foram registradas em Belém (-4,76%), Manaus (-3,27%), Natal (-3,03%) e Recife (-2,87%).

Por outro lado, registraram aumento no valor do conjunto de bens alimentícios básicos Aracaju (3,64%), Fortaleza (2,28%), Belo Horizonte (1,85%), Rio de Janeiro (0,96%), São Paulo (0,78%), Curitiba (0,16%) e Vitória (0,02%).

Nos sete primeiros meses do ano, na comparação com o mesmo período de 2014, todas as cidades acumularam altas no preço da cesta básica, que variaram de 6,28%, em Manaus, a 18,70%, em Fortaleza e Salvador.

No acumulado de 12 meses até junho, a situação é a mesma, com todas as cidades mostrando elevação do preço na cesta básica.

Os principais destaques neste recorte são Aracaju (19,07%), Campo Grande (18,24%) e Brasília (17,98%). Por outro lado, os aumentos menos significativos foram em Manaus (4,28%) e Recife (4,46%).

Custo

Em valores, o maior custo da cesta básica em junho foi registrado em São Paulo (R\$ 395,83), seguido por Porto Alegre (R\$ 383,22), Florianópolis (R\$ 376,69) e Rio de Janeiro (R\$ 372,24). Já os menores valores médios ficaram em Aracaju (R\$ 285,44), Natal (R\$ 293,58) e João Pessoa (R\$ 306,53).

De acordo com cálculos do Dieese, em julho o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas, segundo conceitos firmados na Constituição, deveria equivaler a R\$ 3.325,37, ou 4,22 vezes mais do que o valor do salário mínimo atual, de R\$ 788,00.

Em julho do ano passado, o valor necessário para atender às despesas de uma família chegava a R\$ 2.915,07 ou 4,03 vezes o salário mínimo então em vigor (R\$ 724,00).

Usiminas reduz projeção de investimento em 2015, após prejuízo do 2o trimestre

07/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A Usiminas reduziu nesta quinta-feira sua projeção de investimentos em 2015 para 750 milhões de reais ante estimativa anterior de desembolsos de cerca de 1 bilhão de reais, informou o vice-presidente financeiro do grupo siderúrgico, Ronald Seckelmann, a analistas do setor.

A redução na projeção do investimento ocorreu depois que a empresa ampliou no segundo trimestre em mais de três vezes o prejuízo dos três primeiros meses do ano, afetada pela crise do mercado de aço e por baixa contábil na unidade de mineração por conta de piora nas expectativas sobre preços futuros do minério de ferro.

O desempenho fez o nível de alavancagem da companhia medida pela relação dívida líquida sobre Ebitda aumentar para 3,7 vezes ante 1,7 vez no final de junho do ano passado, o que obrigou a empresa a pedir permissão a credores para descumprir métricas de endividamento no período que previam relação de 3,5 vezes.

Segundo Seckelmann, a Usiminas mantém estratégia de vendas de ativos como um dos recursos para manter nível elevado de liquidez, mas que não tem planos de emissão de novas ações. "Não estamos levando proposta de emissão de novas ações para o Conselho (de Administração)", disse o executivo em teleconferência.

A Usiminas terminou o segundo trimestre com 2,889 bilhões de reais em caixa, 10 por cento acima do nível ao fim de março e no mesmo patamar de um ano antes.

No fronte operacional, a Usiminas deve continuar apostando mais nas exportações, que no terceiro trimestre deverão ver o nível maior de participação de produtos laminados, que carregam margens maiores que placas, disse o diretor comercial Sergio Leite.

"Vamos ter venda um pouco menor no mercado interno e uma venda um pouco maior na exportação. A venda menor no mercado interno é consequência dos setores consumidores de aço que não estão mostrando qualquer tipo de recuperação, pelo contrário, e do cenário de estoques elevados em nossos clientes", disse Leite.

Nesta quinta-feira, a associação Anfavea, de montadoras de veículos, um dos principais clientes da Usiminas, informou que a produção de julho foi a pior para o mês desde 2006 e sinalizou possível novo corte de projeções para o ano nos próximos meses.

A companhia desligou dois alto-fornos em maio, por conta da fraqueza do mercado interno, mas novos ajustes de produção não estão sendo planejados para o terceiro trimestre diante das expectativas de exportações maiores, disse Leite.

Às 14h20, as ações da Usiminas exibiam queda de cerca de 2 por cento, enquanto o Ibovespa mostrava recuo de 0,4 por cento.

Montadoras de veículos preveem recuperação só para meados de 2016

07/08/2015 – Fonte: Agência Brasil

Com queda nas vendas e na produção, o setor de veículos só deve se recuperar no fim do primeiro semestre de 2016, segundo previsão da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). "Retomada um pouco mais sustentável nós estamos imaginando no fim do segundo trimestre do próximo ano", informou hoje (6) o presidente da entidade, Luiz Moan, durante divulgação do balanço das montadoras.

De acordo com o presidente da Anfavea, as dificuldades enfrentadas pelo governo para aprovar medidas do ajuste fiscal obrigaram os empresários a mudar perspectivas. "Tínhamos uma visão mais otimista, porque consideramos que, no mês de junho, teríamos o ajuste fiscal totalmente concluído", acrescentou.

As vendas de veículos registraram retração de 19,4% no acumulado de 2016. Nos primeiros sete meses do ano passado, foram vendidas 1,6 milhão de unidades, enquanto nos primeiros sete meses de 2015 foram comercializados 1,3 milhão de veículos.

Apesar da queda no acumulado do ano, em julho as vendas de veículos subiram 5,7% na comparação com junho. Segundo o balanço, foram licenciadas 189,9 mil unidades em julho, contra 179,6 mil em junho. Na comparação com o ano passado, o resultado é de queda de 21,6% nas vendas.

Luiz Moan explicou que, para os próximos meses, a tendência é que as vendas se estabilizem no mesmo patamar registrado desde o início de 2015. "Na média dos próximos cinco meses, esperamos que, de agosto a dezembro, tenhamos uma performance igual à média dos primeiros sete meses deste ano", destacou.

Demissões

Com menor produção, deve continuar a redução no número de postos de trabalho das montadoras. "Temos um excedente de pessoal nas fábricas. Neste momento, por exemplo, temos funcionários em lay-off e férias coletivas, o que demonstra claramente esse excedente", afirmou o presidente da Anfavea.

Segundo o levantamento, no último dia 31 os fabricantes de veículos haviam concedido férias coletivas ou suspenso o contrato de trabalho por lay-off de 7 mil funcionários. Entre junho e julho, foram fechadas 1,2 mil vagas no setor. Em 12 meses, a retração no número de empregos chegou a 14,5 mil.

Moan adiantou que, para evitar novas dispensas, cada vez mais empresas devem aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Com o programa, os trabalhadores têm redução de 15% na jornada de trabalho e nos salários. As remunerações ganham complemento de metade da redução salarial (7,5%), com verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ontem (5), a Rassini Automotive, fábrica de autopeças de São Bernardo do Campo (SP), fechou o primeiro acordo do tipo.

Dólar

A recente alta do dólar também foi avaliada como prejudicial pelo presidente da Anfavea. "A alta do dólar pesa demais nos nossos custos de produção. Não apenas das montadoras, mas em toda a cadeia produtiva. É um fator extremamente negativo."

Apesar dos possíveis efeitos positivos para exportações a médio e longo prazos, Moan disse que o ideal para o setor é o câmbio estável. "O dólar que pode verdadeiramente favorecer as exportações das montadoras é aquele que tem constância, que acompanhe os custos incidentes, sem grandes volatilidades. A volatilidade é ruim no curto, médio e longo prazos."

Mercedes-Benz põe trabalhadores em licença e estuda ajustes para setembro

07/08/2015 – Fonte: Agência Brasil

Trabalhadores da área produtiva da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, entrarão nesta sexta-feira (7) em licença remunerada que irá até o dia 21 deste mês. A montadora informou que está adotando medidas para gerenciar o pessoal

excedente – cerca de 2 mil – há pelo menos um ano e estuda novos ajustes a partir de 1º de setembro.

A empresa negociou com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a adesão ao Plano de Proteção ao Emprego (PPE), do governo federal, mas a proposta foi rejeitada por 74% dos empregados da unidade no início de julho.

O PPE permite a redução temporária da jornada de trabalho, com diminuição de até 30% do salário. Para isso, o governo arca com 15% da redução salarial.

O sindicato do ABC disse que não aceitará demissões. Cinco das seis montadoras de veículos da região estão em São Bernardo do Campo: Volkswagen, Ford, Mercedes-Benz, Scania e Toyota. Ao todo, a base do sindicato soma cerca de 90 mil trabalhadores. A entidade informou que, de janeiro a maio, cerca de 4 mil postos de trabalho foram fechados.

Nas demais montadoras, a situação permanece a mesma. A Ford informou que está com um programa de demissão voluntária (PDV) em aberto até esta sexta-feira (7) na unidade de São Bernardo do Campo. Em julho, foram feitas paradas temporárias na fábrica para ajustar o ritmo de produção à demanda.

Em melhor situação estão as montadoras Scania e Toyota, onde não houve demissões, nem uso de mecanismos temporários para equilíbrio da mão de obra, como *layoff*, férias coletivas ou banco de horas.

A Volkswagen não atendeu ao pedido de informações da reportagem até a publicação desta matéria. Nenhuma das montadoras informou novidades em relação do PPE.

PPE assinado em autopeças

O sindicato do ABC fechou hoje (5) o primeiro acordo com PPE com a empresa de autopeças Rassini Automotive. A proposta foi aprovada por unanimidade e vai impactar 550 trabalhadores da fábrica. O acordo coletivo prevê a redução de 15% da jornada de trabalho com igual redução dos salários e a complementação pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) de metade dessa redução salarial (7,5%).

O acordo de adesão ao PPE na Rassini terá duração de quatro meses. Com isso, os trabalhadores terão garantia de emprego até 31 de janeiro de 2016. O programa poderá ser prorrogado por até oito meses.

São Caetano e Santo André

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano informou que está em contato com a General Motors (GM), principal empregadora do município, para negociar o retorno dos 1.028 trabalhadores que estão em *layoff* até outubro.

Segundo o sindicato, a categoria tem 14 mil trabalhadores, sendo cerca de 10 mil apenas na montadora. A reportagem entrou em contato com a GM, mas não houve retorno até a publicação da reportagem.

Em Santo André e Mauá, onde 80% dos metalúrgicos atuam no setor de autopeças, o sindicato tem expectativa de que as empresas procurem o sindicato para assinar acordos nos termos do PPE a partir de agosto.

Desde o final do ano passado, cerca de 2,5 mil pessoas foram demitidas nos dois municípios, segundo estimativa da entidade.

Copom aumenta projeção para reajuste das tarifas de energia e botijão de gás

07/08/2015 – Fonte: Jornal do Brasil

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) aumentou a projeção para o preço da tarifa de energia elétrica de 41% para 50,9%, este ano. A estimativa para o preço do botijão de gás também subiu, de 3% para 4,6%. A estimativa para o preço da gasolina ficou praticamente estável, ao passar de 9,1% para 9,2%.

A projeção para as tarifas de telefonia é que a queda seja de 3%, ante 4,4% previstos em junho. As estimativas constam da ata da última reunião do Copom, divulgada hoje (6).

Para o conjunto de preços administrados por contrato e monitorados, o comitê projeta variação de 14,8% em 2015, ante 12,7% considerados na reunião do Copom de junho.

Em 2016, a projeção para o conjunto dos preços administrados por contrato e monitorados é 5,7%, ante 5,3% considerados na reunião do comitê de junho.

Inadimplência recorde pode paralisar mercado de energia

07/08/2015 – Fonte: Época Negócios



A liquidação financeira do mercado de energia de curto prazo referente a junho de 2015 registrou uma inadimplência recorde de R\$ 1,4 bilhão, o equivalente a 47,2% dos R\$ 3 bilhões envolvidos na operação, informou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Segundo a instituição, 29,8 por cento do valor não pago, ou 891,9 milhões de reais, está coberto por liminares, a maior parte associada a empresas que obtiveram proteção judicial contra perdas decorrentes do déficit de geração registrado pelas hidrelétricas devido à seca.

Sem o acordo em negociação com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o risco hidrológico, que é o déficit na geração de energia (chamado no setor de GSF) e que tem provocado prejuízos bilionários para os geradores, muitas empresas continuam sendo protegidas pela Justiça e não farão o pagamento, que soma R\$ 3 bilhões.

Pelas regras do setor, o valor não pago por alguns agentes tem de ser bancado pelos demais. Segundo representantes de empresas do setor, uma inadimplência desse tamanho pode travar o mercado, impossibilitando a compra e venda de energia.

Por esse motivo, o governo tem corrido contra o tempo para tentar fechar um acordo com os geradores sobre o GSF. Quem aceitar as condições estabelecidas abre mão, imediatamente, das liminares conseguidas.

A expectativa do governo é concluir as negociações até semana que vem. Mas os representantes do setor ainda têm dúvidas sobre os detalhes da proposta desenhada pela Aneel.

O acordo está baseado em duas fases. A primeira envolve o período de 2015 e 2016, em que os geradores assumem o risco hidrológico do País. Os prejuízos provocados pelo GSF serão transformados em ativos financeiro dentro do balanço e pagos com o aumento do prazo de concessão. As empresas poderão usar esses ativos como garantias para empréstimos.

A segunda fase refere-se ao período pós-2017, em que o risco hidrológico será repassado para o consumidor - ou seja, por meio de aumento de tarifa. Apesar de algumas incertezas, algumas associações têm tentado convencer as companhias de que é a melhor saída.

No mercado financeiro, a demora para se conseguir chegar a um consenso derrubou os papéis das elétricas. Quanto mais o tempo passa, maior é a preocupação do investidor, que tem ações do setor. Um analista relata que percebe-se no mercado uma saída de estrangeiros de ações de elétricas no período recente.

No pregão de quarta-feira (05/08), as ações da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) caíram 2,78%; Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), 2,95%; Companhia Paranaense de Energia (Copel), 3,01%; Eletrobrás ON, 2,77%; e Energias do Brasil, 1,89%.

Consumo de energia deve cair 5% no ano, prevê a Fitch

07/08/2015 – Fonte: Época Negócios



A Fitch acredita que o consumo de energia elétrica deve encolher até 5% no mercado brasileiro este ano, na comparação com 2014. A projeção consta em relatório divulgado na quarta-feira (05/08), pela agência de classificação de riscos e é sustentada na trajetória de elevação do preço da energia e no "cenário macroeconômico desafiador" do Brasil.

No documento assinado por Mauro Storino, Adriane Silva e Lucas Aristizabal, a Fitch destaca que não existe risco de haver racionamento de energia em 2015, dado que as térmicas não estão sendo despachadas "pesadamente".

O balanço do sistema elétrico brasileiro será favorecido pelo consumo mais baixo de energia, explicado pela trajetória da atividade econômica brasileira e pela elevação do custo da energia, e pela expectativa de aumento da produção. "A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve promover leilões para reforçar a capacidade de transmissão e de geração, a fim de atender ao aumento da demanda", aponta a Fitch.

Esses projetos, complementa o documento, devem contar com o suporte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal fonte de financiamento da infraestrutura brasileira.

Há, por outro lado, uma preocupação associada ao chamado "risco regulatório". "A grande interferência do governo na regulamentação do setor nos últimos anos traz a percepção de crescente risco regulatório", destaca a Fitch.

"Positivamente, a estrutura regulatória do setor vem atraindo os investimentos necessários para aumentar a capacidade de geração e fortalecer a estrutura de transmissão do País", complementa a agência.

Empresários vão de mau humor a reunião com Dilma

07/08/2015 – Fonte: Época Negócios



A presidente Dilma Rousseff deve se reunir com empresários, ainda neste mês, na tentativa de melhorar a relação com o setor privado, transmitir otimismo e recuperar os investimentos. O encontro pode ser complementar à retomada das reuniões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que tinha sido posto de lado, mas voltará no dia 20. O Palácio do Planalto ainda decide se fará duas reuniões ou só o encontro do conselho, mas, independentemente disso, terá diante de si um clima muito tenso.

Segundo empresários ouvidos pelo jornal "O Estado de S. Paulo", a grave situação econômica do País e a crise política do governo retiraram qualquer perspectiva de melhora do cenário no curto e médio prazo e o governo, agora, precisa dar demonstrações claras de que há um caminho para o crescimento.

"Não dá mais para ter conversa fiada: chamar 300 empresários para o Planalto, prometer medidas genéricas e terminar sem nada. Se for mais do mesmo, o clima vai piorar e não conseguirei controlar meu setor, que está disposto a entregar as chaves das fábricas ao Planalto, fechando tudo", disse o empresário Rafael Cervone, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit).

Segmentos como o de bens de capital, também estão "no limite", segundo Carlos Pastoriza, presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

"A maior preocupação do setor, além da calamidade que é o fracasso total de vendas neste ano, é que não tem luz no fim do túnel", disse.

O setor de máquinas serve de indicador dos investimentos: sempre que corta produção, sinaliza que os demais segmentos empresariais brasileiros estão investindo menos ou substituindo por importados.

Os empresários se ressentem que Dilma vem prometendo, desde 2011, a simplificação do PIS/Cofins e a unificação do ICMS, mas nunca entregou. Eles avisam que não querem ouvir novamente essas promessas.

"Já falamos 500 vezes com o ministro Levy: já vimos esse filme várias vezes", disse Cervone, da Abit, que aponta para o "risco" de a reunião fracassar. "A presidente corre o risco de cancelar a reunião por falta de quórum, se os empresários sentirem que será mais do mesmo, ou de criar um clima pior ainda, caso a reunião seja iguais às demais", disse.

O ramo têxtil pede o regime tributário especial para o setor de confecções, que foi formulado pelo Ministério do Desenvolvimento, mas está parado no Ministério da Fazenda. A Abit aponta que as empresas devem fechar o ano com um corte líquido de 65 mil vagas, ante 20 mil em 2014 (em 2013, ainda houve saldo positivo de 7,2 mil empregos). Já o setor de máquinas e equipamentos cortou 50 mil empregos desde 2013 - metade no primeiro semestre deste ano.

No caso do CNDI, criado ainda no governo Lula, a ideia é tentar criar alguma política industrial para o segundo mandato de Dilma.

"Temos grupos temáticos para trabalhar em temas como desburocratização, ambiente regulatório e o plano de exportação", disse ao jornal o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. "Vamos fazer uma avaliação e discussão da política industrial, de como reposicioná-la." As linhas básicas de uma proposta devem ser definidas nessa reunião.

A necessidade de ajustar as contas públicas, porém, deverá pesar contra um desenho mais ambicioso das medidas de estímulo à indústria.

A mesma falta de caixa para novas medidas de estímulo foi responsável por um Plano Nacional de Exportações (PNE) magro, classificado pelo setor produtivo como "o máximo do mínimo". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Lucro da Rio Tinto cai 82% no 1º semestre, a US\$ 806 milhões

07/08/2015 – Fonte: Época Negócios



A Rio Tinto divulgou nesta quinta-feira (06) que teve queda anual de 82% no lucro líquido do primeiro semestre deste ano, a US\$ 806 milhões, devido ao forte recuo nos preços das commodities que vende, incluindo minério de ferro, carvão e cobre.

Na primeira metade de 2014, a mineradora anglo-australiana registrou lucro de US\$ 4,4 bilhões. Pesaram no resultado do primeiro semestre perdas cambiais e com derivativos de US\$ 1,3 bilhão e despesas de US\$ 400 milhões relacionadas principalmente à fatia da Rio Tinto na Energy Resources of Australia Ltd.

Excluindo-se despesas extraordinárias, os ganhos subjacentes da Rio Tinto caíram 43% na mesma comparação, a US\$ 2,92 bilhões, resultado esse que superou a previsão de US\$ 2,42 bilhões de sete analistas consultados pelo Wall Street Journal.

Por volta das 4h30 (de Brasília), as ações da Rio Tinto tinham leve alta de 0,33% na Bolsa de Londres.

Em Sydney, um pouco antes da publicação dos resultados do primeiro semestre, os papéis da mineradora fecharam o pregão desta quinta-feira com alta de 1,1%.

Empresas nos EUA divulgarão diferença salarial entre executivos e empregados

07/08/2015 – Fonte: Época Negócios



A Comissão da Bolsa de Valores (SEC) dos Estados Unidos aprovou nesta quarta-feira (05) uma nova norma que exigirá que as empresas revelem a remuneração de seus diretores executivos em comparação com a dos empregados, como parte da lei de reforma financeira de 2010, conhecida como Dodd-Frank.

A decisão foi tomada por três votos a favor (os três comissários democratas) e dois contra, de dois representantes republicanos do organismo.

A presidente da SEC, Mary Jo White, que votou a favor, ressaltou que "a medida é ao mesmo tempo flexível e fiel aos termos e objetivos da lei", lançada depois da crise de 2008 e que buscava aumentar a regulação do sistema financeiro.

A norma obriga as grandes empresas a divulgarem a comparação entre o salário de seus executivos principais e o salário médio de seus empregados.

Uma das comissárias democratas da SEC, Kara Stein, afirmou que com este número se oferecerá "uma valiosa informação aos investidores e outros atores do mercado" sobre os detalhes de "como a companhia administra seu capital humano".

Com opinião divergente, Daniel M. Gallagher, um dos membros republicanos da SEC, que votou contra, afirmou que "a medida pode ser uma das mais inúteis da lei Dodd-Frank". A publicação desses dados tem como previsão ser implementada no ano fiscal de 2017.

A crescente desigualdade de renda se tornou um grande assunto de debate político nos EUA entre republicanos e democratas.

Há 50 anos, os principais executivos recebiam um salário cerca de 20 vezes maior que a média dos empregados, enquanto em 2013 esta diferença disparou para 300 vezes mais, de acordo com uma recente análise do centro Economic Policy Institute. Segundo Gallagher, "encarar a desigualdade de renda não está dentro das responsabilidades da SEC".

Centrais se unem contra terceirizar atividade-fim

07/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

As centrais sindicais voltaram a unir esforços contra a terceirização na atividade-fim das empresas, depois de evidenciarem um racha do movimento durante as discussões na Câmara dos Deputados.

De um lado, a Força Sindical - com UGT, Nova Central e CSB -, que apoiou a proposta e negociou emendas com o objetivo de proteger o trabalhador e melhorar o projeto de lei, sob a influência do deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, presidente nacional do Solidarietà. De outro, Central Única dos Trabalhadores (CUT), CTB, CSP-Conlutas e Intersindical, todas radicalmente contrárias o projeto.

“Vamos atuar todos juntos no Senado”, diz Miguel Torres, presidente da Força. “Mas, pra isso, devem ser mantidos os pontos que negociamos e foram aprovados na Câmara”, acrescenta.

Torres acredita que as emendas apresentadas ao projeto de lei por Paulinho devem garantir igualdade de direitos entre trabalhadores diretos e terceirizados, além de instituir a responsabilidade solidária, aquela em que o terceirizado pode cobrar o pagamento de direitos trabalhistas tanto da empresa que terceiriza quanto da tomadora de serviços. As emendas foram discutidas com as centrais e a única que não concordou foi a CUT.

Aparar arestas. Do ponto de vista da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o projeto aprovado na Câmara ainda tem três arestas que devem ser aparadas. Uma delas é a proibição de a empresa contratada ter como sócio um dos donos da contratante.

“Vamos tentar modificar no Senado, porque não representa precarização de relações de trabalho, é uma coisa que existe e é muito difundida”, argumenta o economista André Rebelo, assessor para Assuntos Estratégicos da Fiesp.

Outra é o recolhimento compulsório de 3% de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o faturamento. Só que a empresa terceira nem sempre recolhe só 3%, porque tem recolhimento adicional e, às vezes, a alíquota chega a 9%, afirma o economista.

Assim, a empresa contratante não poderia compensar os 6% adicionais que estão no preço da prestadora de serviços. “Isso é uma coisa que o setor empresarial já fechou questão e vai lutar para consertar”, afirma Rebelo. “Tudo que for pago tem de ser possível de compensar.”

A terceira questão levantada pelos empresários é que na retenção de tributos sobre o custo da mão de obra não há excepcionalidade para micro e pequenas empresas, que têm carga diferenciada.

Ou seja, a retenção dos tributos seria igual para micro e pequenas empresas e para empresas de lucro real. “Isso não pode, fere os preceitos para a Lei da Micro e Pequena Empresa.”

Em abril, trabalhadores de diversas categorias e centrais sindicais marcharam contra o Projeto de Lei 4330, que libera de forma abrangente a terceirização do trabalho.

Correlação de forças. A bancada dos trabalhadores está longe de ser maioria no Congresso. A maioria dos deputados e senadores é representante dos empresários e

ruralistas e têm como pauta a defesa do chamado setor produtivo. "Em um cenário como esse, no que se refere à elaboração de leis, nós, trabalhadores, ficamos com pouca margem de ação", admite João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical.

Na Câmara, a aprovação do projeto contou com significativo peso da bancada patronal. Dos 324 votos a favor do projeto, praticamente a metade (164) veio de parlamentares do bloco empresarial. No Senado, essa bancada também é significativa, enquanto os senadores trabalhistas são poucos.

O bloco sindical ganhou apenas um integrante nas últimas eleições e chegou a nove senadores. Já a bancada empresarial ganhou três cadeiras, subindo de 27 para 30 senadores.

Para Antonio Augusto de Queiroz, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), "a julgar pelo relator designado - o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que tem fortes relações com o empresariado -, dificilmente haverá avanços significativos, mesmo que o presidente da Casa mantenha a palavra de se empenhar para mudar aspectos que prejudiquem os trabalhadores".

Na avaliação de Queiroz, "a pressão precisa continuar, inclusive para que a presidente da República, na hipótese de o Congresso não rejeitar ou melhorar o texto, possa se valer da pressão do movimento sindical para vetar dispositivos nocivos ao trabalhador e baixar uma medida provisória corrigindo eventuais excessos do texto que for à sanção presidencial".

Greve geral. Desde o início da votação do projeto na Câmara dos Deputados, a CUT tem mobilizado sua base para amadurecer a possibilidade de deflagrar uma greve geral no País.

"Estamos fazendo debates em tudo quanto é canto para que a sociedade compreenda o que está em jogo", diz Graça Costa, secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT.

"Estamos indo a todas as assembleias legislativas, participando de audiências públicas com a Comissão de Direitos Humanos do Senado, o que tem sido muito importante para envolver as federações de trabalhadores, os sindicatos e a sociedade como um todo."

A proposta de greve geral, no entanto, ainda não foi discutida entre as centrais, diz o presidente da Força Sindical. "Lógico que topamos, eu acho que ela pode mais que um protesto contra a terceirização", afirma Torres. "Nós estamos enfrentando um processo hoje muito perverso da economia, que está prejudicando todo mundo, não só os trabalhadores, mas os empresários também."

Ainda não há também definição sobre uma data para o início do movimento. "Em minha opinião, a greve tem de acontecer antes de fechar a votação no Senado, porque não tem sentido a gente fazer uma greve geral para pressionar Dilma a vetar", afirma Graça, ao ressaltar que a presidente já se comprometeu com as centrais a vetar a terceirização na atividade-fim.

Entre os empresários, o compromisso da presidente foi visto como "discurso de ocasião". Para eles, Dilma Rousseff falou o que os sindicalistas queriam ouvir por causa de uma dívida de gratidão que ela tinha com a CUT.

Afinal, a central havia puxado 20 mil pessoas para uma manifestação na Avenida Paulista, que acabou quebrando um pouco o impacto das primeiras manifestações antiDilma, realizadas nos dias anteriores.

A crise automobilística afeta a produção industrial

07/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Demissões, férias coletivas antecipadas, licenças remuneradas e paralisações nas linhas de montagem, frequentes desde 2014, têm sua explicação no comportamento do mercado de automóveis, veículos comerciais leves, caminhões, ônibus, implementos e máquinas agrícolas e até motos, segundo a Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos (Fenabreve).

Entre julho de 2014 e julho de 2015, as vendas de autos e comerciais leves caíram 21,58%; as de caminhões declinaram 47,36%; as de ônibus, 34,59%; e as de motos, 10,97%.

Entre os primeiros sete meses de 2014 e 2015, o número total de emplacamentos de automóveis e comerciais leves diminuiu de 1,862 milhão para 1,489 milhão – quase 280 mil unidades a menos (24,3%).

Ante a fraqueza do mercado, não chega a ser estranho que, apenas neste ano, uma multinacional de autopeças (Delphi) tenha fechado duas unidades no Brasil e pretenda desativar outra unidade.

Uma exceção é a General Motors, que, ao mesmo tempo que corta pessoal e produção neste ano, anuncia a duplicação dos seus investimentos no Brasil até 2019, de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 13 bilhões, segundo reportagem de Cleide Silva, no Estado.

Os números sobre as vendas de veículos no mês passado foram os piores em oito anos. O presidente da Fenabreve, Alarico Assumpção Junior, já calcula que o recuo dos emplacamentos entre 2014 e 2015 chegue a 23,9%.

Há um mês, a estimativa era de uma queda de 18,9%. Não se prevê grande mudança nos próximos meses, disse Assumpção.

Se as vendas de julho foram um pouco melhores do que as de junho (crescimento de 6,7% em automóveis), isso se deveu apenas ao número de dias úteis: 21 em junho e 23 em julho. A média diária de vendas foi de 9,5 mil unidades por dia útil em julho, abaixo das 9,8 mil por dia em junho.

A indústria automobilística é o carro-chefe do setor de bens duráveis. A queda das vendas se reflete, portanto, sobre a indústria como um todo, que mostrou recuo de 10,7% em relação a maio em itens de consumo durável, após os ajustes sazonais.

A produção e as vendas das montadoras ajudaram a empurrar para baixo o Produto Interno Bruto (PIB), cujo comportamento mostra que o País já entrou em recessão.

O maior obstáculo é vislumbrar o horizonte, numa conjuntura de queda de emprego e renda, juro alto e desconfiança causada pela dificuldade para conter o gasto público, investir e voltar a crescer.

Terceirização não é forma de contrato, mas maneira de organizar negócio, diz CNI

07/08/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Se o uso de trabalhadores terceirizados fosse proibido, 57,4% das indústrias teriam "graves impactos negativos", segundo a diretora da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Sylvia Pimentel. A executiva defendeu que a escolha de uma empresa sobre que segmentos da atividade terceirizar integra a dinâmica de negócio das companhias.

"A terceirização não é uma forma de contrato de trabalho. É uma maneira de organização de negócio", afirmou, durante participação na edição sobre terceirização dos Fóruns Estádio Brasil Competitivo.

Nesse sentido, defendeu Sylvia, a terceirização não se resume aos serviços de apoio, como limpeza e segurança, mas também contempla atividades diretamente relacionadas ao principal negócio das empresas.

Levantamento da CNI com 2,3 mil empresas em janeiro de 2014 revelou também que 69,7% das indústrias utilizam ou utilizaram trabalhadores terceirizados. Quanto aos efeitos da proibição deste tipo de mão de obra, 28% declararam que não seriam afetados caso a restrição ocorresse, enquanto para 42% haveria perda de competitividade e para 15,4% uma ou mais linhas de produção seriam inviabilizadas.

Ferrous paralisa atividades na mina Esperança

07/08/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A Ferrous Resources do Brasil paralisou as atividades da mina Esperança, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A medida é resultado da queda nos preços internacionais do minério de ferro.

Em nota, a companhia afirma que, desde meados de 2014, acompanha as constantes quedas do preço do insumo siderúrgico no mercado. "Em julho deste ano, os preços internacionais do minério de ferro chegaram a US\$ 44,59 a tonelada, cotação mais baixa dos últimos sete anos", informa.

A empresa lembra que em março último reduziu a operações no complexo minerário devido aos preços em baixa. "Como o mercado de minério de ferro não reagiu, em 23 julho, a Ferrous suspendeu temporariamente as operações na unidade", informa.

De acordo com a mineradora, será mantido um efetivo reduzido que será responsável por uma pequena operação na unidade e pela manutenção das estruturas existentes. "Esta manutenção tem como objetivo manter todo o trabalho de recuperação ambiental

realizado desde 2007 e garantir que a mina continue sendo exemplo do comprometimento da Ferrous com a recuperação e manutenção dos seus ativos", conclui.

Em março, a Ferrous chegou a dispensar 179 trabalhadores por conta da paralisação parcial de dois complexos minerários. Além da mina Esperança, as demissões atingiram os funcionários da mina Santanense, instalada em Itatiaiuçu (RMBH). As duas jazidas, que operam de forma integrada, eram responsáveis por 374 postos de trabalho.

Além das dispensas, cerca de 100 trabalhadores foram transferidos para a mina Viga, instalada em Congonhas (Campo das Vertentes). Na ocasião, a empresa informou que outros 90 funcionários seriam mantidos nas minas Esperança e Santanense.

A empresa não informou se foram feitas demissões por conta da paralisação do complexo minerário em Brumadinho. O Sindicato Metabase do município foi procurado pela reportagem. Porém, não havia fonte disponível para comentar o assunto.

Viga - A Ferrous mantém um plano de investimentos de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão na expansão da mina Viga. Com os aportes, a empresa pretende passar de uma capacidade de 5 milhões de toneladas anuais para 15 milhões de toneladas por ano até 2017.

As obras de expansão da mina começaram no ano passado e estão previstas para serem finalizadas em dezembro de 2017. Além do investimento bilionário, serão gerados cerca de 3,5 mil empregos durante a implantação e outros 2,5 mil na operação.

As principais estruturas do projeto são britagens primária, secundária e terciária, peneiramentos, moagem, ciclonagem, flotação, espessamento, mineroduto, filtragem, rejeitoduto e barragem de rejeito.

Estão previstos ainda pátio de estocagem e carregamento ferroviário, captação de água nova e recirculada, linha de transmissão de energia elétrica, subestações principal e secundárias e novas instalações de apoio industrial e administrativas.

Usiminas: prejuízo de R\$ 1,016 bilhão

07/08/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Afetada pela queda nos preços internacionais do minério de ferro, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas) anunciou ontem prejuízo de R\$ 1,016 bilhão no primeiro semestre deste ano, após lucrar R\$ 350 milhões no mesmo intervalo do exercício passado. O resultado negativo é fruto de uma baixa contábil de R\$ 985,046 milhões nos ativos de mineração da companhia.

A medida anunciada pela Usiminas se deve à piora das expectativas quanto ao preço futuro do insumo siderúrgico. De acordo com o diretor da Mineração Usiminas (Musa), Wilfred Brujin, foram consultados cerca de 20 especialistas do mercado que apresentaram uma estimativa de cotação da tonelada entre US\$ 57 e US\$ 74.

Com isso, a empresa reconheceu uma redução de 868 milhões nos direitos minerários da Musa, que tem como sócia a japonesa Sumitomo, e de R\$ 117 milhões nos ativos de mineração da Usiminas.

Segundo a companhia, a avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da *commodity*. E eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

Para enfrentar o momento de baixa nos preços do minério, a Usiminas "diminuiu o tamanho" da Musa, segundo o executivo. E entre as medidas adotadas está a suspensão do contrato de trabalho de 200 trabalhadores da mineradora.

Além disso, os funcionários da área administrativa aceitaram uma proposta de redução de jornada de trabalho com corte proporcional dos salários.

Além disso, a empresa não está exportando o mineral extraído em suas jazidas no Quadrilátero Ferrífero. Se não bastasse a cotação em queda, a Usiminas enfrenta um imbróglio referente ao contrato de utilização do Porto Sudeste, no litoral fluminense. Com o atraso de três anos no cronograma do terminal portuário, a empresa não tinha como embarcar o minério de ferro.

Recentemente, ela anunciou a rescisão do contrato com o porto. Agora, a companhia cobra as multas previstas no documento em um processo de arbitragem. O valor ultrapassa R\$ 600 milhões.

O porto seria utilizado para escoar o insumo siderúrgico extraído pela Musa. A mineradora concluiu no ano passado aportes da ordem de R\$ 700 milhões para ampliar a produção. Denominado Projeto Friáveis, a capacidade instalada de suas jazidas passou de 8 milhões de toneladas/ano para 12 milhões de toneladas anuais.

De acordo com o balanço, a produção da Musa recuou 22% no primeiro semestre na comparação com o mesmo intervalo de 2014.

O volume extraído passou de 3,182 milhões de toneladas para 2,470 milhões de toneladas. Deste total, 2,119 milhões foram utilizados pela Usiminas. O volume é 9% superior ao registrado no mesmo período do exercício passado.

Financeiro - Com os resultados negativos da mineração, o Ebitda Ajustado - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - atingiu R\$ 650 milhões na primeira metade de 2015. O valor é 50% inferior ao registrado entre janeiro e junho do ano passado, quando totalizou R\$ 1,205 bilhão.

A receita líquida do conglomerado siderúrgico atingiu R\$ 5,357 bilhões no primeiro semestre. Isto representa queda de 14% em relação ao mesmo intervalo de 2014, quando alcançou R\$ 6,249 bilhões.

Além dos resultados negativos na mineração, a queda nas vendas domésticas de aço também prejudicou a Usiminas. No total, foram 2,531 milhões de toneladas comercializadas pela companhia entre janeiro e junho. O volume é 13% inferior ao do mesmo período do exercício passado, que chegou a 2,893 milhões de toneladas.

A queda só não foi mais expressiva por conta do aumento de 47% no volume de aço exportado pela siderúrgica em 2015. O comércio exterior é apontado com uma alternativa ao momento ruim do mercado brasileiro.

Também ontem, a companhia anunciou nova redução na estimativa de investimentos para 2015. Inicialmente, estavam previstos aportes superiores a R\$ 1 bilhão.

Mas na divulgação dos resultados do primeiro trimestre já eram admitidas inversões abaixo deste montante. A nova expectativa é de algo em torno de R\$ 750 milhões

Máquinas agrícolas têm queda generalizada no acumulado

07/08/2015 – Fonte: Automotive Business

O setor de máquinas agrícolas e rodoviárias teve queda generalizada das vendas no atacado: entre janeiro e julho, foram entregues 28,6 mil unidades, volume 27,2% menor que o verificado em iguais meses do ano passado, segundo dados da Anfavea, associação das montadoras. Nas vendas de julho, as 4 mil unidades ficaram 9,1% abaixo das de junho e 37,5% menores contra as de julho de 2014.

“A queda é reflexo de um fator que vimos apontando ao longo do primeiro semestre, a redução do índice de confiança do produtor rural”, afirma Ana Helena de Andrade, vice-presidente da Anfavea, durante a apresentação dos resultados na quinta-feira, 6, em São Paulo.

Em complemento, o presidente da Anfavea, Luiz Moan, cita dados de uma pesquisa que aponta retração do índice de confiança do agronegócio, de 104,4 pontos no primeiro trimestre para 82,8 pontos no segundo trimestre (quanto menor o índice, menor é a confiança no setor).

Segundo Ana Helena, além da falta de confiança, outro fator que influenciou no desempenho negativo observado em julho foi a dificuldade de acesso ao crédito. “Mas com o anúncio do novo Plano Safra 2015/2016, as linhas de financiamento do BNDES voltaram a operar na metade do mês passado; normalizamos essa situação”, disse.

A executiva acredita que o anúncio do Plano Safra 2015/2016 deve dar um novo fôlego ao segmento de máquinas agrícolas nos próximos cinco meses, apesar de a Anfavea projetar queda de 20% das vendas do segmento para este ano. “Acreditamos que essa retração não será maior; dá sim para alcançar esse número, ainda que seja 20%.”

Como no mercado interno, as exportações seguem em baixa: nos sete meses, as fabricantes embarcaram 6,1 mil unidades, volume 21,3% abaixo do verificado em mesmo período de 2014. Da mesma forma, a produção encerrou o acumulado até julho com retração de 27,7%, para 35,5 mil unidades contra as 49,1 mil do ano passado.

Anfavea adia esperança de recuperação

07/08/2015 – Fonte: Automotive Business



Diante de resultados que a cada mês aprofundam a queda nas vendas de veículos no País este ano, a associação dos fabricantes, a Anfavea, parece ter deixado de vez o discurso que projetava um início de recuperação a partir deste segundo semestre.

Os emplacamentos de julho, 227,6 mil, contrariam essa expectativa, resultaram na soma de 1,95 milhão unidades vendidas nos primeiros sete meses de 2015 e ampliaram para 21% o índice de queda geral do mercado na comparação com o mesmo período de 2014.

Com isso, a retração começa a superar a previsão da Anfavea, de recuo de 20,6% no ano todo, considerando 2,78 milhões de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus consumidos entre janeiro e dezembro próximo.

- Veja [aqui](#) os dados da Anfavea

“Esperamos nos próximos cinco meses desempenho médio das vendas parecido com a média dos últimos sete meses. Esperamos por uma retomada mais sustentável só a partir do fim do segundo trimestre de 2016”, afirmou Luiz Moan, presidente da Anfavea, durante a divulgação mensal de dados da entidade à imprensa na quinta-feira, 6.

“Tínhamos uma visão mais otimista porque esperávamos que o ajuste fiscal estivesse concluído até junho passado, o que não aconteceu”, reconheceu.

Pela lógica do dirigente, se todas as medidas de aperto dos gastos do governo já tivessem sido colocadas em prática, isso reduziria a incerteza e insegurança que rondam o mercado desde o ano passado, resultando em maior confiança dos consumidores para voltar às compras.

Como o ajuste ainda patina no Congresso, a desconfiança persiste e os negócios seguem em queda.

POTENCIAL

Moan voltou a ressaltar, contudo, que o potencial do mercado brasileiro ainda existe, lembrando do estudo da Anfavea que projeta mercado de 7 milhões de veículos/ano daqui a 20 anos caso o PIB brasileiro volte a crescer na média de 3% ao ano.

O problema é que esse nível de crescimento aparece bastante inverossímil no cenário atual.

“Estamos passando por um momento difícil, mas é um momento, vai passar. As empresas têm essa visão de futuro”, ponderou.

Para reforçar essa tese ele lembrou dos investimentos em curso da indústria para atender a esse potencial futuro, que pelas contas da Anfavea somam R\$ 85 bilhões até 2019, levando em conta R\$ 8 bilhões anunciados este ano.

Para o dirigente, a alta do mercado de usados, de 4% nos primeiros sete meses de 2015 com a negociação de 6 milhões de unidades, além do crescimento da venda de consórcios que em junho atingiu 78,5 mil cotas (alta de 37% sobre o mesmo mês de 2014), são fatos que comprovam a persistência do desejo de consumo por veículos no País.

Até o momento, contudo, as vendas de veículos novos não respondem a esse potencial. Além da queda acumulada de 21% nos setes meses do ano, na comparação com julho de 2014 o resultado é ainda pior, com retração de quase 23%.

Em relação a junho passado houve avanço de 7,1%, mas só porque julho teve mais dias úteis, 23 contra 21.

Com isso, os estoques de veículos à espera de compradores seguem em patamares muito altos: 344,8 mil unidades estão estocadas, 137,9 mil nas fábricas e 206,9 mil nas concessionárias, o suficiente para sustentar 45 dias de vendas no ritmo atual.

Produção industrial encolheu em junho em 7 de 14 regiões pesquisadas pelo IBGE

07/08/2015 – Fonte: Época Negócios



A redução de ritmo observada na produção industrial nacional na passagem de maio para junho foi acompanhada por sete dos 14 locais pesquisados, com recuos mais intensos registrados no Rio Grande do Sul (-2,3%), na Região Nordeste (-1,1%), no Amazonas (-1,1%) e em Santa Catarina (-1,0%), informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira (07/08).

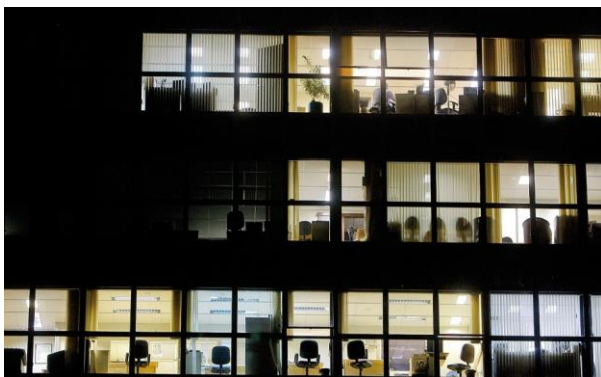
Em São Paulo, parque industrial mais diversificado do país, a queda na produção foi de 0,8%, acima da média nacional (-0,3%). Minas Gerais (-0,5%) e Rio de Janeiro (-0,2%) completaram o conjunto de locais com índices negativos em junho ante maio, enquanto Goiás (0,0%) repetiu o patamar registrado no mês anterior.

Por outro lado, Pará (2,9%), Ceará (2,6%) e Bahia (2,2%) assinalaram os avanços mais elevados. Pernambuco (1,4%), Espírito Santo (1,1%) e Paraná (0,8%) também mostraram taxas positivas nesse mês.

Na comparação com junho de 2014, a queda de 3,2% na produção foi acompanhada por sete dos 15 locais pesquisados nesta comparação. Em São Paulo, o ritmo de baixa foi quase o triplo, com recuo de 9,2% neste confronto.

Curitiba é a capital com a maior inflação do país

07/08/2015 – Fonte: Época Negócios



A inflação está pesando mais no bolso do consumidor de Curitiba e Região Metropolitana. Apesar da leve desaceleração na passagem de junho para julho – quando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) recuou de 0,91% para 0,89% – a inflação na cidade é a maior do país em todas as bases de comparação, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além do índice de julho, Curitiba também teve a maior inflação no acumulado de janeiro a julho, com variação de 8,32%, e nos últimos 12 meses, quando o IPCA chegou a 10,63%, acima da média nacional de 9,56%.

Com alta de 3,44% em julho, mais do que o dobro da média nacional, e de 19,1% no acumulado do ano, o grupo Habitação tem sido o grande vilão do bolso do consumidor da capital e região.

No mês, a alta mais expressiva veio novamente da energia elétrica, com variação de 11,4%, influência do reajuste de 15% realizado no dia 24 de junho na tarifa de energia dos consumidores. No ano, a alta da conta de luz dos moradores da capital acumula alta de 70,54%, a maior do país e bem acima da média nacional – 47,95%.

Outra pressão ao índice veio do reajuste da tarifa de água e esgoto, dividida em duas parcelas, que resultou em um aumento de 12,6% para o consumidor da capital.

Brasil

A alta de 0,62% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em julho foi a maior para o mês desde 2004, quando o avanço foi de 0,91%, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira, 7. Com o resultado, o índice acumula alta de 6,83% nos sete primeiros meses do ano, a maior taxa para o período desde 2003 (6,85%).

Em 12 meses, o IPCA avançou a 9,56%, o maior resultado nesta comparação desde novembro de 2003. Naquele mês, a alta no acumulado em 12 meses era de 11,02%.

As contas de energia elétrica voltaram a ficar mais caras em julho e foram o principal impacto sobre o IPCA. A alta foi de 4,17%, segundo o IBGE. Além disso, a taxa de água e esgoto e o condomínio mais caros pressionaram o grupo Habitação, que avançou 1,52% em julho.

A tarifa de energia elétrica respondeu por 0,16 ponto porcentual da alta de 0,62% no IPCA do mês passado. Segundo o IBGE, a alta foi muito influenciada pelas regiões metropolitanas de Curitiba, onde aumentaram 11,40%, refletindo parte do reajuste de 14,39% no valor das tarifas, em vigência desde 24 de junho; e São Paulo, cujo aumento de 11,11% se deve ao reajuste de 17,00% aplicado sobre as tarifas de uma das empresas de abastecimento a partir do dia 4 de julho.

Apenas 25% das empresas informam impostos em notas fiscais

07/08/2015 – Fonte: Época Negócios

Das mais de 10 milhões de empresas brasileiras que devem informar o imposto na nota fiscal, conforme Lei 12.741 de 2012, apenas 25% estão cumprindo a legislação, sendo que a maioria delas está sediada no Sudeste do País.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), das 4.905.845 empresas existentes na região, 1.344.544 estão cadastradas no sistema De Olho no Imposto, oferecido gratuitamente pela instituição.

Em seguida, vêm as empresas situadas na Região Centro-Oeste do País, com 219.689 das habilitadas; e depois, a Região Norte com 124.802 adesões ao sistema. As regiões Nordeste e Sul do Brasil obtiveram os menores percentuais de adesão à lei, com 23,9% e 22,7% de empresas cadastradas, respectivamente.

Segundo o tributarista do IBPT, Caio Arruda, a adesão à Lei 12.741 deve ser feita o quanto antes pelos estabelecimentos, a fim de evitar multas e penalidades. "A adaptação pode ser feita de maneira rápida e sem ônus à empresa no site do 'Olho no Imposto'.

Além de evitar notificações e pesadas multas, os estabelecimentos demonstram respeito pelo consumidor ao mostrar o quanto ele está pagando de imposto em cada produto ou serviço adquirido, e incentivam a transparência tributária, bem como o poder de reivindicação pelo retorno dos impostos recolhidos", ressaltou o especialista, por meio de nota.

Conforme a Lei 12.741, as empresas estão obrigadas a informar a carga tributária nos cupons e notas fiscais, e estão sujeitas a auto de infração aquelas que não prestarem a informação ao consumidor.

Nos casos em que não seja obrigatória a emissão de documento fiscal ou equivalente, a informação poderá ser prestada em cartaz ou painel.

Entre os impostos que precisam ser discriminados estão: o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI), o Imposto Sobre Serviços (ISS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

As micro e pequenas empresas optantes do regime de tributação Simples Nacional podem informar apenas a alíquota a que se encontram sujeitas nos termos do referido regime. Além disso, devem somar eventual incidência tributária anterior (IPI, substituição tributária, por exemplo). Para o Microempreendedor Individual (MEI), é facultativo prestar essas informações aos consumidores brasileiros.

De acordo com o Sebrae, para os optantes do Simples, o cálculo é feito a partir da soma da alíquota que incide sobre a faixa de receita do regime, relativa à tabela corresponde à atividade exercida pelo empresário acrescido do valor médio pago a título de substituição tributária para o segmento (se houver) na unidade federativa onde a empresa realiza suas atividades, estimado com base em estudos realizados pelo Sebrae e instituições de pesquisa especializadas no País.

Justiça condena CSN por crime ambiental no Rio

07/08/2015 – Fonte: R7

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi condenada pela Justiça Federal a pagar multa e investir em programas e projetos ambientais em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, por conta de crime ambiental na Usina Presidente Vargas. A sanção será de 50 salários mínimos na época do ocorrido - 2010 - e prestação de serviço à comunidade local, por seis meses.

A empresa informou que vai recorrer da decisão. O próprio Ministério Público Federal do Rio (MPF/RJ), que propôs a ação, disse que também vai recorrer da condenação, mas neste caso para aumentar o valor da multa, por julgar a pena insuficiente.

Em novembro de 2010, foi despejado no Rio Paraíba do Sul, da região de Volta Redonda, uma substância de cor escura que gerou a chamada "língua negra". Os efluentes vieram da usina da CSN. O MPF afirma que o volume chegou a 18,3 milhões de litros, mas a siderúrgica alega que o vazamento foi de no máximo 40 mil litros.

Na decisão, o juiz Hilton Sávio Gonçalo Pires, da 1ª Vara de Volta Redonda, atesta que houve poluição suficiente para a CSN ser condenada por crime ambiental, por conta dos

teores de mercúrio, chumbo, óleos, graxas, fenóis, fósforo, zinco e manganês detectados no rio após o vazamento, após várias análises.

A condenação afasta a tese da defesa da companhia, que alegava não existir dano ambiental com o incidente. "[Verifica-se] a demonstração do perigo concreto, com o vazamento de efluentes em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação, com risco concreto de danos à saúde humana", diz o documento, emitido ontem.

Para o juiz, contudo, nenhuma das quantidades de efluentes parece "realista". Pelo lado da CSN, por que não demonstra todas as variáveis, e do MPF, por desconsiderar o descarte por outras fontes.

A pena determinada foi de seis meses de detenção e dez dias-multa - de cinco salários mínimos da época cada um, com correção monetária. Como a CSN é pessoa jurídica, a detenção foi transformada em serviços à comunidade, com programas ambientais. A multa total seria de R\$ 25,5 mil em 2010.

A denúncia do MPF foi feita, além da CSN, contra Benjamin Steinbruch e Enéas Diniz, diretor de produção da siderúrgica.